

SANTO ANTÔNIO DO RIO MADEIRA: AS AMBIGUIDADES DE UMA POVOAÇÃO AMAZONENSE DO MATO GROSSO E A MADEIRA-MAMORÉ

SANTO ANTONIO DO RIO MADEIRA: THE AMBIGUITIES OF AN
AMAZONIAN SETTLEMENT IN MATO GROSSO AND MADEIRA-
MAMORÉ

Dante Ribeiro da Fonseca¹

Resumo

Este estudo discorre sobre o processo de surgimento e dinâmica das transformações da povoação de Santo Antônio do Rio Madeira, como também das mutações ocorridas desde o início da construção da ferrovia Madeira-Mamoré, até o colapso da produção de borracha no vale Amazônico. Além disso, aborda nas observações realizadas a concorrência de Porto Velho, seu esvaziamento e desaparecimento.

Palavras-chave: Santo Antônio do Rio Madeira, Mato Grosso, Madeira-Mamoré.

Abstract

This study discusses the process of the village of Santo Antônio do Rio Madeira emergence and its changes dynamics, as well as the transformations occurred since the beginning of the construction of Madeira-Mamoré Railway, until the Amazon valley rubber production collapse. Additionally, addressing the competition in Porto Velho, its emptying and disappearance.

Keywords: Santo Antônio do Rio Madeira, Mato Grosso, Madeira-Mamoré

¹ Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor Associado IV/DE do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e pesquisador de História da Amazônia. Coordenador em Rondônia da Incubadora de Políticas Públicas na Amazônia (IPPA/RO); Colaborador do jornal eletrônico Gente de Opinião.



Introdução

É comum encontrar, na bibliografia pertinente, a informação que a povoação de Santo Antônio do Rio Madeira teria surgido de uma missão, ela que foi fundada em 1728, ao pé da cachoeira de mesmo nome.

A informação que não procede é correta, a missão de Santo Antonio, ou Santo Antonio das Cachoeiras, embora o topônimo sugira sua localização, estava situada a algumas dezenas de quilômetros à jusante da cachoeira a qual emprestou o nome (havia duas denominações anteriores: Aroaia e São João). Nesse sentido, fundada pelo missionário jesuíta João Sampaio, a missão desapareceu ainda no século XVIII. Afirmam alguns que, depois de sucessivas mudanças, veio a constituir a povoação de Santo Antonio de Borba, no baixo Madeira.

Em outras palavras, todos esses fatos são anteriores ao surgimento da povoação mato-grossense de Santo Antonio do Rio Madeira, no último quartel do século XIX. Essa última não possui vínculo de continuidade com a missão jesuítica, ainda que em seu núcleo não se encontrava no outeiro, ao lado da cachoeira; mas, a aproximadamente mil e duzentos a jusante da queda d'água.

Com o surgimento de Porto Velho, no início do século seguinte, Santo Antonio, quando ainda se mantinha como cabeça de município, tornou-se como que um bairro da povoação mais nova, criada a pouco mais de sete quilômetros de distância rio abaixo. Com a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, sequer teve direito a uma estação ferroviária. Isto é, uma vila que, como bairro, foi minguando em população até desaparecer nos anos quarenta (1940), quando foi totalmente absorvida por sua rival.

Sendo assim, nossa proposta é explorar Santo Antonio nesses primeiros anos de concorrência com a Porto Velho da Madeira-Mamoré. Para isso, utilizaremos para esta finalidade um pequeno conjunto de relatórios provinciais e do governo do estado do Mato Grosso, além dos relatos dos viajantes.

De certo modo, podemos reputar a Santo Antonio como o local que deu origem a Porto Velho. Muitos poderão argumentar que essa cidade originou-se do aglomerado urbano, ou ainda, que foi se formando em torno do pátio e estação onde iniciava a ferrovia Madeira-Mamoré. Contudo, podemos argumentar que há uma vinculação, digamos umbilical, na origem das duas povoações. Tal vinculação foge à proximidade física, e permitiu a apropriação de uma sobre a outra. Ambas as localidades surgiram em função das dificuldades: trafegar pelo trecho encachoeirado do rio Madeira.

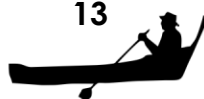


Dessa forma, ambas foram eleitas, em momentos diferentes, para ser o ponto inicial da ferrovia. Assim, Santo Antonio do Rio Madeira já existia como pequeno povoado, desde o último quartel do século XIX, mas vê sua população crescer a partir da última tentativa de construção da ferrovia, em 1907. Em suma, é a população dessa última temporalidade que, basicamente, vai mudar-se para Porto Velho, compondo assim seus primeiros moradores.

Outro ponto interessante a ser observado na gênese dessas povoações é a sua situação de área limítrofe dos estados aos quais pertenciam. A localização delas ficou refletida na própria divisão municipal, instituída quando da criação do território do Guaporé. Nesse sentido, Santo Antonio e Guajará Mirim pertenciam ao estado do Mato Grosso, enquanto que Lábrea e Porto Velho, esse último nos limites do município de Humaitá, pertenciam ao Amazonas. Ainda é essa condição de distância e isolamento em relação a sua capital que vinculou, desde o seu início, os dois municípios mato-grossenses ao Amazonas.

Ademais, convém esclarecer que o povoado de Santo Antonio, durante muito tempo, foi tutelado pelo Amazonas. Essa tutela intensificou-se no auge do surto gumífero, quando interesses fiscais, principalmente, fizeram assomar os brios de soberania estadual do Mato Grosso na região. Nisso, iniciou-se uma disputa pela submissão efetiva à jurisdição mato-grossense de Santo Antonio. Mas, não somente da povoação, também dos rios Jamari, Machado (ou Ji-Paraná), em que grande parte da região do alto Madeira, parte do rio Abunã, destacaram-se como grandes produtores de goma elástica.

Entre o último quartel do século XVIII e segunda metade do século XIX, pouco se sabe a respeito da região do alto Madeira. Na verdade, muito pouco aconteceu ali em termos de História Colonial nesse período. Isto é, naquela área, quando falamos em colonização portuguesa. Por sua vez, espanhola, através das missões jesuíticas, atingiu o rio Mamoré que com o Beni forma o rio Madeira. Foi então esse trecho para a colônia brasileira apenas um canal de passagem para aqueles que, de Belém ou Manaus, dirigiam-se ao Mato Grosso ou à Bolívia, ou vice-versa. Além disso, o rio como um todo apresentava difuso interesse estratégico que eventualmente emergia como definidor de limites entre a Portugal e Espanha e, posteriormente, as nações que sucederam essas potências na área. Ademais, como via de ligação, é certo que houve grande interesse por esse rio durante a segunda metade do século XVIII. Compreensível interesse, pois, fazia a ligação das povoações portuguesas na Amazônia à região aurífera do vale do Guaporé, isto no Mato Grosso.



Três fatores, contudo, permitem-nos compreender o relativo abandono desse rio, como via de ligação entre essas povoações no final do século XVIII a meados do século XIX. Trataremos os dois eventos iniciais como um só fator em virtude de sua relação de causalidade. Além disso, ao que se refere à queda da produção de ouro no vale do Guaporé e a conseqüente extinção da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1775, que abastecia aquela região.

Esclarece-se ainda que a extinção da empresa comercial e a perda do poder aquisitivo da população da região, pela decadência do ouro, fizeram com que os comerciantes monçoeiros perdessem o interesse no seu comércio. Ademais, havia nisso tudo a progressiva perda da importância do cacau para a economia amazônica. Produto este que era coletado pelos luso-brasileiros no rio Madeira através de um extrativismo ambulante e sazonal. Destarte, o trânsito pela região tornou-se ínfimo. Ainda é destaque mencionar que o Mato Grosso, principal interessado naquela via de comércio no período colonial, com a transferência definitiva da sua capital, Vila Bela da Santíssima Trindade, às margens do rio Guaporé para Cuiabá, isolou ainda mais a região dos rios Guaporé e a parte do rio Madeira, ou seja, de sua nascente até a cachoeira de Santo Antonio, já no século XX, algo que viria a confirmar-se àquela província.

Já em 1866, o presidente da província do Mato Grosso, Augusto Leverger (barão de Melgaço), informava sobre as dificuldades de comunicação da província, tanto internamente como em relação ao restante do país.

Nesse sentido, compreende-se essa situação em função de sua localização no interior do país, do imenso território que ocupava e da mínima infraestrutura de comunicações que possuía. Assim, a comunicação com o litoral oceânico ficava prejudicada pelo despovoamento colonial dos sertões de Goiás e São Paulo, isto é, por onde tinham que passar, caso a ligação fosse feita por terra. Dessa forma, o despovoamento também era a causa, nessas regiões, de ausência de pontos para o apoio logístico àqueles que se deslocavam entre a capital do Mato Grosso e a capital do Império. Conforme declarava Leverger, em 1865: “As vias de comunicação, e com especialidade as que ligão a Provincia ao littoral do Imperio, por onde tem de transitar os socorros de gente e de material de que precisamos, são objectos de vital necessidade.”²

² LEVERGER, Augusto João Manuel (barão de Melgaço). *Relatorio do vice-presidente da provincia de Matto-Grosso*, chefe da esquadra, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial em 17 de outubro de 1865. Cuiabá: Typographia Souza Neves, 1865, p. 19.



Os pontos de apoio, fossem privados ou militares, existiriam para suprir ao viajante daquelas necessidades mais básicas, tais como: fornecer provisões, garantir a segurança, hospedarias para abrigo e abastecimento de forragem para os animais. Quanto às comunicações com as províncias vizinhas, os mesmos problemas estavam presentes. É ainda o barão de Melgaço a informar-nos que apenas a importação do guaraná e o provimento de alguns gêneros, como o sal, é que mantinham a navegação pelo rio Paraguai, ainda que precária e feita de forma penosa e dispendiosa:

A necessidade da importação do guaraná fez com que a facil mas precaria navegação pelo Paraguay não extinguisse de todo as communicações fluviaes que temos com as Provincias do Pará e Amazonas, communicações penosas e dispendiosas porem de grande utilidade para prover-nos de certos gêneros e particularmente de sal³.

De todo modo, essa navegação não passava pelos rios Guaporé e Madeira. No que tange à região do Mato Grosso, correspondente aos municípios de Mato Grosso (Vila Bela) e Cáceres, ambos fronteiriços à República da Bolívia, foi registrado que ocorreu naquele ano de 1866 um visível incremento do comércio de exportação e importação daquele país através dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé. Esse comércio, embora também precário, já iniciava a demonstrar seu potencial de crescimento. Em outras palavras, poderia ser proveitoso para ambos os municípios, particularmente para o município de Mato Grosso, que compartilhassem as proximidades do rio Guaporé com outros povoados bolivianos, como San Joaquin, surgido de antiga missão jesuítica do período colonial.

Contudo, as dificuldades de comunicações desse município com o restante da província e do império, revelaram a estagnação econômica vivenciada e isto tornavam limitadas suas iniciativas no sentido de aproveitar-se desse comércio. Ei-las:

O incremento que nesses últimos anos tem tomado o commercio dos Bolivianos pelo Mamoré, Madeira e Amazonas poderiam ser de summo proveito para Mato Grosso, se o marasmo que consome aquelle desgraçado Município lhe permitisse fazer empresas de alguma importancia.⁴

³ LEVERGER, Augusto João Manuel (barão de Melgaço). *Relatorio do vice-presidente da provincia de Matto-Grosso*, chefe da esquadra, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial em 17 de outubro de 1865, pp. 19-20.

⁴ LEVERGER, Augusto João Manuel (barão de Melgaço). *Relatorio do vice-presidente da provincia de Matto-Grosso*, chefe da esquadra, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial em 17 de outubro de 1865, pp. 19-20.



Já a cachoeira de Santo Antonio, área cujos limites incertos não permitiam concordar se pertencia ao município de Cáceres, no Mato Grosso ou ao Amazonas, era o ponto ideal para o estabelecimento de um entreposto comercial para aquele estabelecido com a Bolívia, pois era o lugar onde iniciava o trecho encachoeirado. Também as possibilidades de efetiva arrecadação fiscal se fizeram presentes naquele local de passagem obrigatória. Mas, o que existia de fato nesse período, em termos de povoação, às margens da cachoeira de Santo Antonio? A crer-se nos depoimentos que consultamos, nada.

Senão vejamos. Viajando pelo Amazonas no ano de 1865, o político alagoano Tavares Bastos declarou a necessidade da fiscalização do comércio entre o Brasil e a Bolívia, através do rio Madeira. Para essa finalidade, recomendou a criação de uma mesa de rendas. Passou então a especular sobre o local mais adequado para sua instalação. Considerou então viáveis para a realização desse intento a cachoeira de Santo Antonio (alto Madeira) e as localidades de Serpa (hoje conhecida por Itacoatiara, no rio Amazonas, próxima à boca do rio Madeira) e Borba (baixo Madeira, próxima à sua foz). Informou também o deputado geral, ser Santo Antonio a primeira das cachoeiras para quem sobe o rio Madeira, nada falando sobre a existência de povoação naquele local. Concluiu então que o melhor local para a instalação da mesa de rendas seria Borba. Justificou nisso possuir a vila certo movimento comercial e ser o ponto onde iniciava a navegação à vapor naquele rio.⁵ Diga-se, a propósito, uma navegação incerta e esparsa, já que a primeira linha de navegação por aquele rio seria inaugurada em 1870, criando condições para o surgimento de uma aglomeração humana nas proximidades da cachoeira de Santo Antonio. Conforme já concluí em trabalho anterior:

Apesar disso, com a chegada da linha de navegação, Santo Antonio tornou-se o destino final das canoas que transitavam o rio em busca dos vapores que prosseguiriam com as suas cargas. [...] Pouco a pouco, dada a maior comodidade, essas mercadorias passaram a estacionar em Santo Antonio, à espera dos vapores, em razão dessa escolha economizar aproximadamente quarenta léguas de navegação a remo entre o Crato e aquela localidade. Ficavam as tripulações aguardando para retornarem rio acima com as mercadorias transportadas por esses vapores (aviamentos). Uma população, sazonal, passou a compor a nascente

⁵ BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *O vale do Amazonas: a livre navegação do Amazonas, estatística, produções, comércio, questões fiscais do valle do Amazonas*. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1975, p. 79.



povoação. É que a chegada da linha a vapor não isentou os produtores de continuarem com o mesmo tipo de transporte que já vinham realizando no trecho encachoeirado, ou seja, transitar esse trecho em ubás impulsionadas pelos remeiros indígenas, em geral benianos, que compunham essa população flutuante. Assim, ao chegar ao porto de Santo Antonio com as mercadorias era essa população de remeiros que iria descarregar os vapores e carregar as canoas.⁶

Em 1877, mais de uma década após a visita de Tavares Bastos ao vale do Amazonas, passou por Santo Antonio do Rio Madeira, a serviço da Comissão de Inspeção de Fronteiras, o médico militar João Severiano da Fonseca. Sua viagem transcorreu durante a segunda tentativa de construção da ferrovia Madeira-Mamoré. Severiano da Fonseca viajou pelo rio Madeira de retorno para o Rio de Janeiro, tendo embarcado em Santo Antonio, no vapor Canuman, em direção a Belém no dia 15 de dezembro de 1877.⁷

O que viu e registrou o militar em Santo Antônio? Um depósito de materiais, mantimentos e medicamentos remanescentes da tentativa de construção da estrada de ferro ocorrida em 1872. Da mesma origem, observou espalhados pela área da povoação trilhos, dormentes e restos de guinchos e guindastes à vapor. Quanto à presença do Estado no local, registrou a existência do 3º. Batalhão de Artilharia, que era comandado por um subalterno, onde existia ainda uma subdelegacia de polícia, sobre a qual não forneceu maiores detalhes. No mais, o relato de Severiano da Fonseca é sucinto, acusando a existência de palhoças e de um sobrado onde ficou alojado.⁸

Em 1877, chegaram ao rio Madeira os engenheiros norte-americanos da P & T. Collins, empreiteira contratada pelo concessionário da Madeira & Mamoré Railway Co., e o coronel George Earl Church para construir a ferrovia que contornaria o trecho encachoeirado do rio Madeira.

Por sua vez, a descrição do engenheiro norte-americano Neville Craig é bem mais minuciosa que aquela anterior de Severiano da Fonseca. Conhecendo já os relatos a respeito do local, aqueles feitos pelos trabalhadores da Public Works que participaram da tentativa de construção em 1872.

Destaca-se nisso que não esperavam encontrar uma povoação muito desenvolvida. Contudo, segundo o relato de Craig, esperavam que: “[...] no ponto inicial da navegação

⁶ FONSECA, Dante Ribeiro da. *In idem flumen: as povoações do rio Madeira e a origem de Porto Velho (século XVIII ao XX)*. Porto Velho: Nova Rondoniana, 2017, pp. 108-109.

⁷ FONSECA, João Severiano da. *Viagem ao Redor do Brasil (1875-1878)*. Volume 2. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1881, pp. 302-418.

⁸ FONSECA, João Severiano da. *Viagem ao Redor do Brasil (1875-1878)*, p. 322.



de um dos maiores rios do globo, encontraríamos um aldeamento mais ou menos próspero.”⁹ Suas expectativas, ainda que modestas, foram frustradas. Segundo suas palavras, era a povoação com menos atrativos em todo o curso do rio. Para desembarcar, tiveram os viajantes que abriram uma clareira na mata para descobrirem a povoação, composta de aproximadamente oito choças cobertas de palha e dois depósitos construídos com ferro corrugado pela Public Works.

Dentre essas edificações cobertas de palha destacava-se o depósito do residente mais destacado do local, o sr. Brígido. Tratava-se de uma edificação cuja estrutura era de madeira amarrada por cipós, assoalhada e revestida de lascas de um coqueiro, possivelmente da palmeira paxiúba, muito usada na região para construção por ser resistente. Ademais, em edificação semelhante residia o sargento que comandava a guarnição brasileira no local, composta naquele momento por seis soldados que habitavam “[...] cabanas miseráveis inteiramente encobertas pela mataria.”¹⁰ Poucos anos depois, em 1882, notava o viajante português Bernardo Silva situação parecida¹¹.

Na década seguinte, o barão de Marajó (José Coelho da Gama Abreu) registrava o incremento da povoação em razão do número considerável de vapores ocupados no transporte de cargas que ali aportavam:

[...] tem tomado grande incremento, pois sendo o logar em que pode dizer-se termina a navegação do baixo Madeira e começa a navegação da região encachoeirada, allí o deposito de cargas que vão ou vem, e o numero de vapores particulares ou fretados que navegam aquelle rio já é bastante considerável para que anime aquelle ponto de espera.¹²

No mesmo período, um boliviano registrava a existência de três ou quatro mil pessoas na vila, estimando que a metade estava em trânsito¹³. A estimativa ilustra bem como a afluência de pessoas ao local, nos períodos de exportação da borracha, aumentava a população daquele lugar.

⁹ CRAIG, Neville B. *Estrada de Ferro Madeira Mamoré: história trágica de uma expedição*. São Paulo: Nacional, 1947, pp.130-131.

¹⁰ CRAIG, Neville B. *Estrada de Ferro Madeira Mamoré: história trágica de uma expedição*, pp. 131-132)

¹¹ SILVA, Bernardo da Costa e. *Viagens ao sertão do Amazonas: do Pará à costa do mar Pacífico pelo Amazonas, Bolívia e Peru*. Porto: s/ed., 1891.

¹² ABREU, José Coelho da Gama (Barão de Marajó). *As regiões amazônicas: estudos corographicos dos Estados do Gram Pará e Amazonas*. 2. ed. Coleção Lendo o Pará, volume 12. Belém: SECULT, 1992, p. 130.

¹³ CUÉLLAR, Juan Bautista Coimbra, (1877-1942). *Siringa: memorias de un colonizador del Beni*. La Paz: Cruz del Sur, 1946, p. 137.



Como vimos, o povoado de Santo Antonio estava isolado da sede do governo provincial e também municipal, aos quais deveria estar subordinado. Destaca-se que do Mato Grosso, nenhum apoio recebia aquela povoação, nem de Cáceres, sede de seu município, nem de Cuiabá, capital de sua província. Logo, revela-se que Santo Antonio, conforme declarou Severiano da Fonseca em 1877, estava dentro dos limites da província do Mato Grosso. Quem exercia jurisdição sobre a povoação, provendo-a de fiscalização, guarnição militar, autoridades civis e eclesiásticas, era a província do Amazonas.¹⁴

A situação pode ser compreendida se lembrarmos do péssimo estado das comunicações na província do Mato Grosso naquele momento. Existiam naquela época sete municipalidades naquela unidade do Império, a saber: São Luiz de Cáceres (hoje Cáceres), Poconé, Mato Grosso (hoje Vila Bela), Diamantino, Rosário, Corumbá, Miranda e Sant'Anna de Parnaíba. Sendo assim, o município de Mato Grosso, cuja cabeça era a povoação de Vila Bela estava situada às margens do rio Guaporé, seria a ligação mais natural com Santo Antonio. Este município era considerado o mais decadente da província, isolado da capital.¹⁵ Porém, para agravar o isolamento da vila de Santo Antonio, ela ficou sob a jurisdição do município de Cáceres, mais distante ainda que Vila Bela e sem ligação fluvial com essa.

Assim, as comunicações com a sede do município, Cáceres, somente poderiam ser feitas seguindo caminho por terra até Vila Bela, daí através dos rios Guaporé e Madeira até Santo Antonio. Ora, se Vila Bela, limitada com Cáceres, estava isolada do restante da província, imagine-se Santo Antonio do Madeira da cidade de Cáceres. Acresça-se a isso aos problemas ocasionados pela distância entre Santo Antonio e a sede do município de Cáceres.

Além disso, já não dizemos de Cuiabá, a capital do Mato Grosso. Ali havia um fenômeno muito comum nessa época: a indefinição de limites e a superposição de jurisdição. Dado esse isolamento da cabeça de seu município e ainda mais da capital de sua província. Com efeito, Santo Antonio começou a ver a província do Amazonas estender sua jurisdição sobre si.

Evidentemente, esse interesse do Amazonas em estender a jurisdição tinha relação com as rendas auferidas pela produção de borracha naquela região. Até o ano de 1891

¹⁴ FONSECA, João Severiano da. *Viagem ao Redor do Brasil (1875-1878)*, p. 322.

¹⁵ PEDROSA, João José. *Relatorio com que o exm. snr. dr. João José Pedrosa, presidente da provincia de Matto-Grosso*, abriu a 2a sessão da 22a legislatura da respectiva Assembléa em 1o de outubro. Cuiabá: Typographia do Liberal, 1878, p. 15.



esse território ao norte foi mantido sob jurisdição política e administrativa do estado mencionado, que usufruía das rendas derivadas da produção daquele lugar. De tal forma era exercido esse poder, isto é, recusavam as autoridades amazonenses em reconhecer como válida a documentação expedida pelo Mato Grosso para o trânsito de mercadorias no rio Madeira.

Naquele ano (1891), o governo do Mato Grosso criou a coletoria de Santo Antonio do Rio Madeira e São Manoel (no rio Tapajós). Mas, a tentativa de instalação daquele órgão somente se efetivou em Santo Antonio em 1893. É nesse momento e em razão dessa iniciativa do governo do Mato Grosso que inicia-se efetivamente a questão de limites entre o Mato Grosso e o Amazonas. Contudo, a coletoria não foi instalada ainda naquele ano.

A questão de jurisdição fiscal continuava ainda em 1897, pois reclamava o governador do Mato Grosso, naquele ano, da recusa que faziam as repartições fiscais do Amazonas aos certificados de procedência e de pagamentos de direitos, das mercadorias que passaram pela estação fiscal do rio Madeira e expedidas pela coletoria de Santo Antonio.¹⁶ Finalmente, como resultado de um acordo fiscal firmado em 1898, o Amazonas autorizou ao Mato Grosso a instalação da coletoria de Santo Antonio.¹⁷

Com efeito, tomou como base um novo acordo fiscal entre os dois estados: a Lei número 413, de 23/03/1905, do governo do Mato Grosso. Para isso, criou o cargo de delegado fiscal no distrito de Santo Antonio do Madeira.¹⁸

Após inúmeras marchas e contramarchas, a Lei número 458, de 6/12/1906, determinou a instalação da Delegacia de Mato Grosso no Norte. Novamente aqui observa-se a dificuldade em fazer funcionar o órgão em Santo Antonio. Assim, a referida delegacia ficou provisoriamente sediada em Manaus durante parte daquele ano, até que, finalmente, o Distrito Fiscal do Norte foi instalado em Santo Antonio. Em suma, destinava o órgão a arrecadar impostos nos rios Jamari, Machado e seus afluentes.¹⁹

¹⁶ COSTA, Antonio Corrêa da. *Mensagem do Presidente do Estado de Matto-Grosso* Dr. Antonio Corrêa da Costa á Assembléa Legislativa em sua 2a. Sessão Ordinaria aberta em 1o. de Fevereiro de 1897. Cuyabá: Typographia do Estado, 1897, p. 11.

¹⁷ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo [...] Á Assembléa Legislativa do Mato Grosso [...] 13 de Maio de 1912*. Cuyaba: Typographia Official, 1912, p. 9.

¹⁸ PONCE, Generoso Pais Leme de Sousa. *Mensagem dirigida à Assembléa Legislativa do Estado de Mato Grosso pelo 1º vice-presidente coronel Generoso ... Ponce, Presidente do Estado, ao instalar-se a 3ª sessão da 7ª legislatura em 13 de maio de 1908*. Cuiabá, s.n.t., s.d., p. 29.

¹⁹ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo [...] Á Assembléa Legislativa do Mato Grosso [...] 13 de Maio de 1912*, p. 10.



Ainda naquele ano de 1906 não havia um caminho viável que ligasse o Mato Grosso a Santo Antonio do Rio Madeira. Os funcionários do Mato Grosso, encarregados de instalar a Delegacia Fiscal do Norte, partiram de Cuiabá para o Rio de Janeiro de onde prosseguiram para Manaus. Os demais funcionários da delegação seguiram pelo mesmo caminho, partindo de Cuiabá em 18 de novembro de 1907 e chegando a Manaus em 18 de janeiro de 1908²⁰, dois meses depois de sua partida.

Em 29 de outubro de 1904 foi celebrado um acordo sobre os limites entre os estados do Amazonas e Mato Grosso. Além da presença tributária, propunha o governador firmar a presença do estado do Mato Grosso naquela região, ao criar uma circunscrição judiciária em Santo Antonio. Novamente aqui era necessário contrapor-se, segundo palavras do governante, às “[...] facilidades naturais que para isso tem [...]”²¹ o estado do Amazonas. E que facilidades são essas? Novamente, são aquelas derivadas da distância e do isolamento em relação ao governo do Mato Grosso. Conforme fica claro na justificativa da proposta firmada pelo governador Generoso Ponce, destinava-se a circunscrição a dar oportunidade para que “[...] seus habitantes encontrem autoridades judiciarias perante a quem possam propugnar por seus direitos e interesses [...]”²², pois até então recorriam à justiça do Amazonas.

O conflito de jurisdição afetava também a questão da legalização das terras na região. Embora a comarca e município de Santo Antonio tenham sido criados em 1908 (Lei número 495 de 3 de junho), os limites entre o Amazonas e o Mato Grosso não foram imediatamente demarcados na área do rio Madeira.²³ Dessa situação, acusava o governo do Mato Grosso, valia-se o estado do Amazonas para vender terras situadas dentro e fora da área litigiosa.²⁴

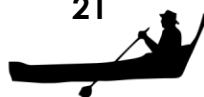
²⁰ PONCE, Generoso Pais Leme de Sousa. *Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso* pelo 1º vice-presidente coronel Generoso ... Ponce, Presidente do Estado, ao instalar-se a 3ª sessão da 7ª legislatura em 13 de maio de 1908, p. 28.

²¹ PONCE, Generoso Pais Leme de Sousa. *Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso* pelo 1º vice-presidente coronel Generoso ... Ponce, Presidente do Estado, ao instalar-se a 3ª sessão da 7ª legislatura em 13 de maio de 1908, p. 28.

²² PONCE, Generoso Pais Leme de Sousa. *Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso* pelo 1º vice-presidente coronel Generoso ... Ponce, Presidente do Estado, ao instalar-se a 3ª sessão da 7ª legislatura em 13 de maio de 1908, p. 8.

²³ COSTA, Pedro Celestino Corrêa da. *Mensagem dirigida pelo Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa* 1o. Vice-Presidente do Estado, ... Ao instalar-se a 1. Sessão da 8. Legislatura em 13 de Maio de 1909. Cuyabá: Typographia Official, 1909, p. 21.

²⁴ PONCE, Generoso Pais Leme de Sousa. *Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso* pelo 1º vice-presidente coronel Generoso ... Ponce, Presidente do Estado, ao instalar-se a 3ª sessão da 7ª legislatura em 13 de maio de 1908, p. 29.



Em outras palavras, acusava o Mato Grosso o Amazonas de negociar as terras não somente na área em disputa, mas também em áreas reconhecidamente pertencentes ao acusador. Acusava ainda, ao governo do Amazonas, de usar o artifício de reduzir o preço da terra, para atrair os interessados em regulamentar suas posses. Isto, segundo o relatório, levou aos posseiros dos seringais dos rios Machado e Jamari ao requerer as terras ao governo do Amazonas, pois pagavam a esse estado o valor de 600 réis o hectare, enquanto que se o mesmo procedimento fosse encaminhado ao governo do Mato Grosso, pagariam 3\$600 réis.²⁵ Claro está que para o posseiro essa legalização tornava-se mais cômoda, barata e pela maior facilidade de contato com Manaus do que em Cuiabá.

Em 1907, esclarecemos ainda que foi iniciada a última tentativa de construção da ferrovia Madeira-Mamoré. O fato reveste-se da maior importância para o entendimento da lógica da ocupação de Santo Antonio a partir daquele ano. Isto porque 1907 representará o início de um período que, ao contrário do que a maioria dos trabalhos locais reflete, será o auge da povoação. Como todo auge precede a decadência, foram postas aí as condições para o desaparecimento futuro do povoado.

A fim de compreendermos isso, convém perceber que o elemento fundamental para a compreensão do episódio é a decisão da ferrovia em recuar seu ponto inicial para sete quilômetros rio abaixo, em um local denominado Porto Velho (ou Ponto Velho). Com essa transferência, a sede administrativa da ferrovia passou a situar-se em área periférica do município de Humaitá, no Amazonas, embora a quase totalidade dos trilhos corresse em território do Mato Grosso.

No que seria o curso da ferrovia, esclarece-se que Santo Antonio era a única povoação existente antes da sua construção. A administração norte-americana da ferrovia dificultava a instalação de comércio e residência nas imediações de seu leito e estações. Assim, o mais provável é que o enorme volume de pessoas que acorreu para a região para atender as demandas do empreendimento buscou Santo Antonio para satisfazer suas necessidades de abastecimento, de lazer e de moradia.

Naquele momento inicial, Santo Antonio cresceu. Ocorreu então uma transformação na paisagem da povoação, de bucólica imagem cuja população era basicamente composta por indígenas bolivianos à espera de seus patrões, poucos militares

²⁵ PONCE, Generoso Pais Leme de Sousa. *Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso* pelo 1º vice-presidente coronel Generoso ... Ponce, Presidente do Estado, ao instalar-se a 3ª sessão da 7ª legislatura em 13 de maio de 1908, p. 32.



e comerciantes. Com a expansão súbita, observamos que o lugar se tornou cada vez mais caótico.

Nesse ínterim, em 1910, percorreu o rio Madeira o médico e sanitarista Oswaldo Cruz que, contratado pela ferrovia Madeira-Mamoré, veio inspecionar e sugerir ações para debelar os casos de malária e outras doenças na área da ferrovia, ainda em construção. Em pinceladas fortes, o quadro que o médico pinta de Santo Antonio retrata uma povoação sob as nuvens negras da insalubridade sanitária e social. Um lugar horrível, atestou ele, assolado por doenças tropicais e imoralidades.

Naquele mesmo ano, de passagem pela área, à serviço da Comissão das Linhas Telegráficas, registrou o tenente Lobato Filho impressões semelhantes. Primeiramente, o fenômeno da fluidez da população de Santo Antonio por ser apenas um ponto de passagem de mercadorias. Caracterizou-a, ainda, como composta por muitos aventureiros e poucas famílias: “Santo Antonio era o ponto de passagem da volumosa produção da Bolívia e do extremo oeste de Mato Grosso, para Manaus e Belém e, por isso, sua população era volante e de aventureiros, poucas famílias [...]”.²⁶

Já a topografia do povoado mudou em relação à última década do século anterior, pois registrou o militar a existência de uma rua composta por aproximadamente doze casas de adobe (pau-a-pique) rebocado. Também observou um comércio composto por “tiendas” e “cantinas”, em contraponto a um ou dois estabelecimentos comerciais que existiam anteriormente. Por fim, declarou ainda a existência de habitações de bambu e palmeiras ocupadas pelos indígenas bolivianos.²⁷

A mudança na topografia urbana resultou da transformação social do povoado. Nesse sentido, a imagem que Lobato Filho revelou de Santo Antonio é das mais decadentes, informou que os hábitos da velha família patriarcal dominam o rio Madeira, exceto em Santo Antonio, onde se encontrava: “[...] somente bolivianas e curibocas esfarrapadas e desordeiras às vezes. Essa era a matéria prima dos bordéis.”²⁸

Também sob o ponto de vista sanitário, o combate às doenças não era fácil em Santo Antonio. À condição insalubre da região somava-se o descuido da vila. Tanto que em 1911 ocorreu, naquela localidade, uma forte epidemia de febre amarela e varíola. 99 anos depois, passando pela experiência da pandemia que nos assola hoje, podemos

²⁶ LOBATO FILHO (Gal.). *Avançai para o Jamarí* (a comissão Rondon nas selvas do Alto Madeira). Rio de Janeiro: s/ed., 1957, pp. 31-32.

²⁷ LOBATO FILHO (Gal.). *Avançai para o Jamarí*, p. 200.

²⁸ LOBATO FILHO (Gal.). *Avançai para o Jamarí*, p. 28.



afirmar que certas situações, parece, não mudaram ou, pelo menos mantêm alguns de seus elementos.

Nesse sentido, o inspetor sanitário, intentando debelar a epidemia, submeteu aquela localidade a rigorosa quarentena. A medida causou inúmeros prejuízos ao comércio. Dirigiu-se então a Associação Comercial de Santo Antonio ao Delegado Fiscal do Norte, solicitando providências no sentido de suspender a quarentena. Observe-se que nessa ocasião o município ainda não havia sido instalado.

Diante de tal cenário, a Resolução número 567, de 28 de setembro de 1911, estabeleceu um prazo de dois anos para a organização da Câmara Municipal de Santo Antonio²⁹. A maior autoridade do Estado no local era a Delegacia Fiscal do Norte. Logo, quando foi percebido que a quarentena sanitária prejudicava o comércio e a arrecadação fiscal da vila, o governo do Mato Grosso, a pedido do Delegado Fiscal do Norte, comunicou-se com os ministérios da Viação e da Justiça, solicitando a suspensão da quarentena. Incontinenti autorizou também as despesas necessárias para debelar a epidemia.

Esse evento somou-se ao impacto do relatório feito por Oswaldo Cruz, no ano de 1910, onde denunciou as péssimas condições sanitárias da vila. Como consequência, uniram-se à Madeira-Mamoré, a Delegacia Fiscal do Norte, auxiliada pelo governo do Amazonas e a Associação Comercial de Santo Antonio. Providenciaram, então, a limpeza e desinfecção das residências, comércio e logradouros públicos. Por sua vez, na povoação, o lixo, carcaças e dejetos de animais amontoavam-se nas vias públicas. Como causa, foi providenciado o aterro das poças de água estagnadas e abriu-se poços para fornecer à população água mais limpa que a do rio, até então servida pelos residentes³⁰.

Podemos constatar, nesse episódio, que a Madeira-Mamoré possuía interesse em ver resolvida a questão da salubridade em Santo Antonio. Isto significa, talvez, para a nossa interpretação, um zelo por conta da defesa da produtividade de seus trabalhadores contra as doenças tropicais. Talvez ainda para manter aquela cidade como aglomerado urbano viável, porém, distante o suficiente da sua sede.

Assim, com esses trabalhos de saneamento foram gastos aproximadamente onze contos de réis, dos quais o Mato Grosso participou com cinco contos de réis, enquanto

²⁹ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques Presidente do Estado À Assembléa Legislativa* ao instalar-se a 2a. Sessão ordinária da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913. Cuyaba: Typographia Official, 1913.

³⁰ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo [...] À Assembléa Legislativa do Mato Grosso [...] 13 de Maio de 1912*, p. 50-51



que o Amazonas e a Madeira-Mamoré participaram - respectivamente - com três contos de réis e um valor aproximado³¹.

No ano de 1912, a estrada de ferro foi concluída. Então, perspectivas otimistas descortinavam-se para Santo Antonio do Rio Madeira, segundo o governador do Mato Grosso:

A estrada de ferro Madeira-Mamoré, que grande impulso dará à expansão da industria extractiva no norte do Estado, facilitando o povoamento daquela grande e rica zona regada pelo caudaloso Madeira e seus afluentes, e onde ao lado de vastos e densos seringaes, medram o cacauzeiro e muitos outros vegetaes preciosos para a industria extractiva, no dia 2 do corrente assentou seu ultimo dormente e devera inaugurar o seu trafego em principio de Julho proximo. A importancia de tão auspicioso acontecimento para a vida econômica e prosperidade do Estado não vos preciso descrever³².

Nessa época, a borracha produzida no Mato Grosso encontrava duas rotas de escoamento: o rio Amazonas e o rio da Prata. Naquele contexto, a produção gumífera, das margens do rio Paraguai e seus afluentes, das cabeceiras do Tapajós e seus afluentes (Arinos, Juruena e Paratininga), e do alto Guaporé era exportada pelo rio da Prata. Pelo rio Amazonas era transportada a borracha proveniente do baixo Guaporé, do Madeira e seus afluentes e do baixo Tapajós³³. A produção do baixo Guaporé seguia de lancha até Guajará-Mirim (Porto Espiridião), daí sendo embarcada nos vagões da Madeira-Mamoré, seguindo para Santo Antonio do Madeira ou Porto Velho.

Por sua vez, a produção do rio Madeira e seus afluentes eram transportadas em lanchas diretamente para Porto Velho. Lá chegando, a mercadoria era embarcada, em vapores de 10 a 12 pés de calado, para Manaus, onde fazia-se o transbordo para navios transatlânticos que a conduzia para o seu porto de destino³⁴.

Com a construção da Madeira-Mamoré, mais do que nunca Santo Antonio parecia ser o ponto vital para o escoamento da borracha do norte do Mato Grosso. Parte dessa

³¹ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. Mensagem dirigida pelo [...] Á Assembléa Legislativa do Mato Grosso [...] 13 de Maio de 1912, p. 51.

³² MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. Mensagem dirigida pelo [...] Á Assembléa Legislativa do Mato Grosso [...] 13 de Maio de 1912, p. 48.

³³ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques Presidente do Estado* Á Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinaria da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913, p. 8

³⁴ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques Presidente do Estado* Á Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinaria da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913, p. 9.



carga poderia ser embarcada no rio Madeira em portos de escala dos vapores oriundos da Companhia do Amazonas:

Boca do Canumã. Borba. Vista Alegre. Boca do Aripuanã. Santa Rosa. Manicoré. Bom Futuro. Boca do Carapanatuba. Boca das Tres Casas. Cintra. Humaytha. Missão do S. Francisco. Boa Hora. Boca do Jamary. Santo Antonio."³⁵

Vê-se, então, que parte da produção era embarcada nos navios da Companhia do Amazonas, em Santo Antonio. Outra parte seguia de Porto Velho nos navios da Madeira-Mamoré. Também era o caso de Calama, na boca do rio Jamari, de onde era transportada a carga daquele rio.

Em 1914, os navios da Companhia do Amazonas fizeram paradas para carga e descarga na foz do rio Jamari, isto é, antes de prosseguirem para Santo Antonio, mas não há menção à parada em Porto Velho. Depois, em 1919, um viajante declarou que era o barracão do seringal Nova Vitória o porto de baldeação para as mercadorias do rio Jamari³⁶.

Embora a questão de limites entre o Amazonas e o Mato Grosso, na região, tenha sido resolvida por um acordo entre ambos os estados, em 1904, os trabalhos de demarcação desses limites apenas findaram em 1912. Foram então colocados os marcos divisórios nos rios Candeias, Jamari, Preto e Machado nos pontos em que o paralelo 8°48' corta esses cursos de água. Porém, apenas em 27 de julho daquele ano foi homologada pelo Supremo Tribunal Federal a sentença relativa a essa demarcação. Antes dela, em dois de julho de 1912, foram instaladas a comarca e o município de Santo Antonio, criados ambos por lei em 1908, e empossadas suas autoridades no mesmo ano. Como a vila de Santo Antonio estava sob jurisdição do Amazonas, naquele dois de julho a instalação e a posse foram realizadas no lugar denominado Vila Nova, pouco acima do porto da vila, coisa de mil e duzentos metros a montante, em um outeiro defronte a cachoeira.

Após a homologação da demarcação, Santo Antonio passou a ser a cabeça do município e, finalmente, entrou o Mato Grosso na posse das terras ao sul do paralelo,

³⁵ *Almanach do Amazonas historico, administrativo, commercial, estatistico e litterario 1884*. Manaus: Typographia do Amazonas, 1884, p. 68.

³⁶ GONDIM, Joaquim (da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais). *Através do Amazonas: impressões de viagens realizadas em 1921*. Manaus: Typographia Cá e Lá, 1922, pp. 91-92.



desde a cachoeira de Santo Antonio até o rio Machado³⁷. Seguiu-se então o volume da arrecadação da Delegacia Fiscal do Norte que foram discriminados pelos diversos rios da região, algo que pode ser observado na tabela abaixo. Nela podemos observar que os rios Jamari, seguida do rio Machado, eram as duas maiores produtoras de borracha da área daquela delegacia.

³⁷ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques Presidente do Estado À Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinaria da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913*, pp. 44-46.



Estado de Mato Grosso
Delegacia Fiscal do Norte - Santo Antonio do Rio Madeira
Produção de borracha por quilograma no ano de 1913

Localidades	Fina	Sernambi	S. caucho	Caucho	Soma
Rio Jamari	363.102	40.640	585.070	50.997	1.039.809
Rio Machado	400.912	51.446	311.330	22.799	786.487
Santo Antonio	111.070	8.137	263.699	36	382.942
Vila Murinho	45.121	3.098	254.413	0	302.632
São Manoel	53.991	13.600	55.545	0	123.136
Soma	974.196	116.920	1.470.057	73.832	2.635.005

Fonte: MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques Presidente do Estado Á Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinaria da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913, p. 65.

E quem eram os produtores de borracha dessa região do Mato Grosso? Eram muitos. No ano de 1913, organizou-se no Rio de Janeiro a Exposição Nacional da Borracha. O Mato Grosso enviou para a exposição amostras de vários produtores, dentre eles, representando o norte do estado: Assenci & Cia., Guaporé Rubber Company e Julio Muller Rubber Company, as duas últimas pertencentes à Madeira-Mamoré Railway³⁸.

Interpretamos disso que era intenção da municipalidade que a Madeira-Mamoré construísse uma estação de carga e passageiros em Santo Antonio. Para tanto, obteve da empresa a promessa de construção³⁹ que, parece, nunca se realizou. Em 1913, a prefeitura instalou uma fábrica de tijolos, certamente para estimular a melhoria da qualidade das edificações na povoação e “[...] uma linha de bondes para condução de cargas e passageiros [...]”. Possivelmente, essa “linha de bonde” eram aqueles metros de linha férrea, construídos em 1878. Desde então, esses trilhos serviram para o transporte de mercadorias. Seus percursos partiram do porto dos vapores e pelo novo núcleo da vila. Enfim, tinham como ponto de chegada o porto das canoas. Diga-se, de passagem, que Severiano da Fonseca já observara em 1878 a grande profundidade do porto dos vapores⁴⁰. No entanto, em 1907, a Madeira-Mamoré considerou suas condições técnicas inadequadas, sendo este o motivo principal da transferência para Porto Velho. O porto das canoas estava situado acima da cachoeira, de onde essas embarcações partiam em

³⁸ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques Presidente do Estado Á Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinaria da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913*, p. 6 a 12.

³⁹ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques Presidente do Estado Á Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinaria da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913*, p. 47.

⁴⁰ FONSECA, João Severiano da. *Viagem ao Redor do Brasil (1875-1878)*. Volume 2. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1881, p. 322.



direção ao trecho encachoeirado. Registre-se também a existência de um jornal
semanário⁴¹.



Borracha para Estrada de Ferro Madeira-Mamoré [Iconográfico]. Santo Antônio (RO): [s.n.], 1909-1910
Cópia fotográfica em gelatina e prata, p&b ; 13 x18. Biblioteca Nacional (Brasil). ARQ 1,4,2 (3).

Enquanto os casos de malária decaíam, esclarece-se que os registros do hospital da Candelária, que acusavam no ano da epidemia de varíola e febre amarela, em 1911, uma frequência diária de 120 a 150 enfermos. No ano seguinte, ele passou a receber 60 enfermos em média⁴². Tempos depois, no ano de 1914, a inspetoria de higiene, órgão do governo estadual, sugeriu a criação de uma delegacia de saúde em Santo Antonio do Rio Madeira⁴³ para melhor cuidar do saneamento local.

⁴¹ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques Presidente do Estado* À Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinária da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913, p. 47.

⁴² MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques Presidente do Estado* À Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinária da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913, p. 47.

⁴³ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques Presidente do Estado* À Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinária da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913, p. 23.



Assim, ao contrário da paisagem decadente, pintada por Oswaldo Cruz em 1910, repetida à exaustão pela historiografia sobre a região. Apesar da perda da competitividade da borracha brasileira, nos mercados internacionais, claramente observável no ano de 1913, a perspectiva do governo do Mato Grosso para o progresso de Santo Antonio do Rio Madeira era de um otimismo ilimitado. Para dar consequência ao domínio efetivo sobre aquela parte de seu território, através da melhoria no sistema de comunicações, o governo do Mato Grosso elaborou um plano que previa a construção de uma estrada de ferro que ligasse Cáceres ao “[...] importante valle seringueiro do rio Guaporé [...]”⁴⁴.

A execução desta iniciativa resultaria em melhor integrar Santo Antonio do Madeira ao restante do Mato Grosso, pois o Guaporé, navegável até Guajará-Mirim, encontraria a ferrovia Madeira-Mamoré. Convém esclarecer que a construção desta estrada de ferro já fora autorizada. Além disso, previa-se a continuidade do saneamento do alto Madeira, particularmente a vila de Santo Antonio, onde seria construído um hospital para cem doentes e uma colônia agrícola em Guajará-Mirim.

Porém, explica-se aqui que a redução dos recursos para a valorização da borracha, feita pelo governo federal, inviabilizou esses planos⁴⁵. Lamentava o governador do estado ter ficado inconclusa a construção de uma ponte metálica sobre o rio Coxipó-Mirim pois, naquele momento, o trajeto da linha telegráfica do Mato Grosso ao Amazonas já permitia visualizar uma possível ligação terrestre entre a capital e o norte do Estado⁴⁶.

Mas, não somente de planos e antevisões vivia o município de Santo Antonio. Como observamos a partir do ano de 1911, a povoação estava em franco desenvolvimento. Já então, muito diferia daquele lugar abandonado, no fim do mundo, descritos pelos seus primeiros visitantes, nos anos iniciais de 1910. Para governar o município, como vimos somente foi instalado em 1912, foi nomeado o componente da Comissão das Linhas Telegráficas e médico Joaquim Augusto Tanajura (Lei de número 494 de 5 de junho de 1908)⁴⁷.

⁴⁴ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques Presidente do Estado* À Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinária da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913, p. 5.

⁴⁵ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques Presidente do Estado* À Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinária da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913, p. 5.

⁴⁶ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques Presidente do Estado* À Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinária da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913, p. 44.

⁴⁷ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques Presidente do Estado* À Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinária da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913, p. 51.



Em 1914 continuava o município a ser dirigido pelo mesmo político⁴⁸. Iniciativas governamentais fizeram-se presentes, além do poder público instalado finalmente em 1912. Como exemplo delas, podemos listar algumas que foram concretizadas. Com a construção da ferrovia, a população residente cresceu de tal forma que no ano de 1913 a vila contava já com 304 casas, nela residiam 911 habitantes, sendo 697 na zona urbana e 214 na zona rural. Havia ainda um certo equilíbrio entre os sexos. Se considerarmos ser essa uma região pioneira e de marcante migração masculina. Viviam na zona urbana 366 homens e 206 mulheres e na zona rural 139 homens e 52 mulheres.

Ao contrário do cenário repleto de mulheres aventureiras e prostitutas, a existência de 148 crianças na população da vila revela que muitos desses homens e mulheres formavam famílias. A maioria delas residiam na área urbana pois lá existiam 125 crianças⁴⁹.

No ano de 1913, o governo estadual construiu na vila de Santo Antonio do Rio Madeira uma casa para que fosse utilizada como escola⁵⁰, deixemos que o governador do Mato Grosso descreva esse estabelecimento de ensino:

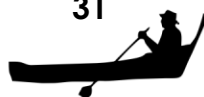
A instrução publica primaria é ministrada, ali, em uma escola mixta, que iá se acha bem installada em edificio mandado construir especialmente para esse fim. Essa escola foi inaugurada em 1.º de Maio do anno findo, com 48 alumnos, e no fim do anno a matricula a accusava 56 alumnos, o que é, para um logar de população reduzida e que até ha pouco era tido como a ante-camara da morte, um numero bastante animador. Esta escola, porem não satisfaz as necessidades do ensino primario em tão vasta região e de população tão disseminada.⁵¹

⁴⁸ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques* Presidente do Estado Á Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinaria da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913, p. 51.

⁴⁹ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques* Presidente do Estado Á Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinaria da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913, p. 51.

⁵⁰ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques* Presidente do Estado Á Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinaria da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913, p. 46.

⁵¹ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques* Presidente do Estado Á Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinaria da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913, p. 53.



A presença da autoridade pública, segundo o governador do Mato Grosso, Costa Marques, inibiu o banditismo antes reinante naquele local, que justificava o apelido dado à vila de “Calábria Brasileira”.⁵²

Ademais, na desorganização inicial em que foi envolvida a pequena vila, em função da súbita e volumosa massa de homens de todas as procedências, a partir de 1907 nela foram se instalar a improvisação. Devido ao imperante estado de desordens em que vivia a vila naqueles primeiros anos de construção da Madeira-Mamoré, aqueles flagrados em delito, brigas, assassinatos; roubos eram presos aos pés por correntes, pois inexistia ali uma cadeia pública. Posteriormente, foi utilizada uma casa para servir de cadeia. Mas, sendo inadequado o prédio para esse fim e estando em péssimo estado de conservação, foi reformado e adaptado para servir de cárcere, achando-se já em 1914 em pleno funcionamento.⁵³

Após as providências tomadas com relação à epidemia de 1911, continuaram as iniciativas tendentes ao saneamento daquela vila. Pretendia-se mesmo a administração municipal mudar o local da vila para outro lugar, com melhores condições de manutenção do saneamento e do ordenamento urbano.

Decorre disso que a existência de uma Nova Santo Antonio, diversamente da velha seria planejada dentro de padrões de racionalidade, transformando a antiga em mera periferia e porto. Já em 1912, quando foram instaladas a comarca e o município de Santo Antonio, houve a posse das autoridades municipais.

Nesse contexto, o ato ocorreu em um local de Vila Nova. Disso, indagamos saber: Qual seria a povoação? Informa o relatório que Vila Nova, local escolhido pelo anterior delegado fiscal do Mato Grosso não era adequado porque era tão insalubre quanto o antigo povoado e “[...] fica para cima do porto em local inacessível pelas embarcações [...]”⁵⁴, ou seja, ficava a montante do rio Madeira e nas proximidades de Santo Antonio. Afirma em seguida o documento que, provisoriamente, a comarca e a municipalidade seriam instaladas em casas particulares, alugadas, ficando pelos motivos alegados o

⁵² MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques* Presidente do Estado À Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinária da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913, p. 52.

⁵³ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques* Presidente do Estado À Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinária da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913, p. 53.

⁵⁴ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo [...] À Assembléa Legislativa do Mato Grosso [...] 13 de Maio de 1912, p. 53.*



delegado fiscal autorizar a buscar delas em um outro local, para assim construir edifícios públicos que abrigassem a esses órgãos, ou ainda o fizesse em Santo Antonio.

Ao que tudo indica, essa não foi a opinião do primeiro superintendente daquele município, Joaquim Tanajura. Promoveu esse superintendente uma modificação bastante importante para a sanidade da vila e, salvo engano, nunca mencionada na literatura pertinente. Em outras palavras, é que Tanajura transferiu o núcleo da vila para uma situação mais salubre, cerca de cinquenta metros acima do rio e a quinhentos metros de sua margem. Nesse novo local, o terreno alto facilitava o escoamento das águas, dificultando a proliferação dos anofelinos transmissores da malária, a pior endemia da região. Além disso, promoveu-se o arruamento observando a simetria e largura conveniente, onde iniciaram por construir prédios públicos e particulares, aos quais a municipalidade estimulou a construí-los naquele local, concedendo favores especiais.⁵⁵

Apesar de todo esse empenho em transformar Santo Antonio em um local habitável, observamos a antevisão inconformada do destino dessa vila por parte do então governador do Mato Grosso. Destino esse que o governante vincula, com clarividência, à vizinha rival, Porto Velho, senão vejamos:

O que tem embaraçado o mais rapido desenvolvimento da villa de Santo Antonio do Rio Madeira, nestes ultimos tempos em que o pavor pela sua tão fallada e exagerada insalubridade vae desapparecendo por completo ante a real melhoria de todas as suas condições sanitárias - é a proximidade de Porto Velho, cidade edificada pela Empresa Madeira-Mamoré, com todas as exigencias da hygiene e para servir de porto à mesma estrada.⁵⁶

Atribui as vantagens de Porto Velho não somente à iniciativa da Madeira & Mamoré Railway em sanear o local, mas também a certos benefícios a ela concedidos pelo governo.

Em síntese, Santo Antonio não contava com uma mesa de rendas e uma agência dos correios, por falta de iniciativa da União, e a população deslocava-se para Porto Velho quando necessitava de serviços postais. Além disso, destaca-se aqui que o controle exercido sobre a população pela ferrovia naquele local era demasiado, mas reconhecia-se

⁵⁵ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques Presidente do Estado* À Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinaria da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913, pp. 52-53.

⁵⁶ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques Presidente do Estado* À Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinaria da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913, pp. 52-53.



ser Porto Velho mais atraente do que Santo Antonio do Rio Madeira que, para não ser vencida, deverá aparelhar-se dos confortos oferecidos pela sua rival:

Essa futura cidade tem tido favores especiaes da União e nella se fez um trabalho perfeito de saneamento, de modo que, não obstante as exigencias, ás vezes demasiado rigorosas, feitas ao seus habitantes, ella constitue um ponto de attracção muito mais poderoso que Santo Antonio do Rio Madeira que, para não ser completamente vencida nessa lucta necessita que lhe façamos todos os benefícios aparelhando-a de tal forma, que possa resistir á sua rival.⁵⁷

Eis, então, apresentado com clareza que a incipiente povoação iniciada em Porto Velho, isto é, por causa do que a empresa Madeira-Mamoré poderia oferecer ao que se referem aos maiores atrativos para a população local. Assim, apresenta-se o projeto de modernização de Santo Antonio como de importância capital. Essa tarefa justifica-se, pois é aquele o único porto do Mato Grosso no rio Madeira com acesso para grande parte da produção extrativa daquele estado.⁵⁸

Baldias intenções, a povoação teve uma vida curta, pouco mais ou menos setenta anos. Em outras palavras, é percebido que ela originou-se das transformações pelas quais passou-se no rio Madeira, na segunda metade do século XIX. Refletiu em sua origem desenvolvimento e queda, as ambiguidades profundas do processo de modernização em ambiente socialmente arcaico.

Nesse sentido, as ambiguidades se refletem na própria percepção dos historiadores. Primeiramente, sua origem foi navegação ou ferrovia? Em segundo lugar, sua jurisdição: Mato Grosso ou Amazonas? Por muito tempo não soube a quem pertencia. Quando do surgimento de Porto Velho a vila opõe-se, inicialmente, como reduto da barbárie, à modernidade ferroviária da nova povoação. Poderia se dizer que foi também a portadora de outra modernidade, a navegação a vapor. Mas isso não seria verdade, sua expressão fixa se encontrava fora dela, nas oficinas e administração das empresas fluviais em Belém e Manaus. Ambiguidade também representada pela existência de dois portos em seu espaço: um deles recebia os vapores (modernidade), outro as ubás (arcaísmo), embarcações encavadas em um tronco de árvore e movida pelos remeiros indígenas.

⁵⁷ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques Presidente do Estado* À Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinaria da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913, pp. 52-53.

⁵⁸ MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques Presidente do Estado* À Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinaria da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913, pp. 52-53.



Compunha Santo Antonio, perfeitamente, o quadro da urbanização amazônica no surto gumífero. É necessário colocar em relevo aqui que apenas Belém e Manaus eram cidades que expressavam a modernidade na Amazônia. A elas, juntava-se Porto Velho, ou melhor, seu pátio ferroviário apenas, que foi confundido com a “cidade”. De resto, durante o surto gumífero, as povoações interioranas da Amazônia expressavam inequivocamente o arcaico, com raras exceções tópicas e lampejos de modernidade aqui e ali.

Por sua vez, no alto Madeira, o sistema do aviamento não necessitava delas crescidas e dinâmicas, como era o interesse do capitalismo. Assim, não se transformaram em grandes cidades comerciais, no máximo foram entrepostos de mercadorias. No lugar de modernos portos, havia as barrancas de rio, conhecidas pelo mesmo nome. No alto Madeira, os estabelecimentos rurais à sua volta concentravam suas operações diretamente nas casas aviadoras de Belém e Manaus.

Com exceção de um parco comércio nas povoações da parte baixa do rio, havia ainda o comércio que absorvia a pequena produção gumífera, justamente na área pobre em seringueira, cuja pífia produção não interessava ao aviador das duas grandes metrópoles. É que casas comerciais compravam, trocavam por aviamentos ou vendiam em consignação por comissão a pequena produção dos sítios ao redor. A exemplo de consulta, veremos nos jornais do rio Madeira no século XIX os anúncios desse pequeno comércio local em povoações como Borba e Manicoré.

Nos anos seguintes Santo Antonio foi diminuindo. A concorrência da vizinha Porto Velho e a queda das exportações da goma elástica puseram-na à míngua. O sentimento de desânimo dominava, contrastando muito com a quase exultação nos destinos da povoação proclamada nos anos de 1910 a 1914. No seu relatório de 1922, declara o governador: “A indústria extractiva da borracha acha-se nas mais penosas condições, não havendo probabilidades de melhorar.”⁵⁹ Acusa o governador do estado que a Delegacia Fiscal do Norte arrecadou em 1910 3.041:075\$015, em 1915⁶⁰ recolheu em impostos o valor de 1.800:200\$827 e em 1921 pouco mais de 550:000\$000.⁶¹ Sendo

⁵⁹ COSTA, Pedro Celestino Corrêa da. Mato Grosso. Presidente do Estado. *Mensagem dirigida á Assembléa Legislativa*, ao instalar-se a sua 2a. sessão ordinaria da 12a. legislatura, em 13 de maio de 1922, pelo coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, Presidente do Estado. Cuiabá: Typographia Official, 1922, p. 57.

⁶⁰ COSTA, Pedro Celestino Corrêa da. Mato Grosso. Presidente do Estado. *Mensagem dirigida á Assembléa Legislativa*, ao instalar-se a sua 2a. sessão ordinaria da 12a. legislatura, em 13 de maio de 1922, pelo coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, Presidente do Estado, 1922, p. 51.

⁶¹ COSTA, Pedro Celestino Corrêa da. Mato Grosso. Presidente do Estado. *Mensagem dirigida á Assembléa Legislativa*, ao instalar-se a sua 2a. sessão ordinaria da 12a. legislatura, em 13 de maio de 1922, pelo coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, Presidente do Estado, 1922, p. 51.



assim, cogitava em reduzir a Delegacia Fiscal do Norte em simples coletoria, concedendo à Madeira-Mamoré a tarefa de recolher os impostos para o estado.⁶² Devemos, porém, registrar que, até o ano de 1930 esse intento não havia se concretizado.

Resultado do abandono, em 1940 foram recenseadas na vila apenas 58 habitantes, um domicílio de alvenaria e dezessete de madeira.⁶³ Foi finalmente absorvida por Porto Velho quando da criação do Território Federal do Guaporé (1943). Destaca-se também que dos quatro municípios existentes: Porto Velho, Santo Antonio do Rio Madeira (Alto Madeira), Guajará-Mirim e Lábrea, meses depois Lábrea retornou à jurisdição do Amazonas e Santo Antonio foi absorvido por Porto Velho (1945) por absoluta incapacidade de existência autônoma de sua sede. Santo Antonio, que começou como uma localidade do Mato Grosso ocupada pelo Amazonas, terminou como um bairro da capital do Território do Guaporé.

Data de submissão: 26/08/2020

Data de aceite: 24/10/2020

⁶² COSTA, Pedro Celestino Corrêa da. Mato Grosso. Presidente do Estado. *Mensagem dirigida à Assembléa Legislativa*, ao instalar-se a sua 2a. sessão ordinária da 12a. legislatura, em 13 de maio de 1922, pelo coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, Presidente do Estado, 1922, p. 53.

⁶³ IBGE - Serviço Nacional de Recenseamento. Série Regional. Parte XXII - Mato Grosso – 1940. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952. Recenseamento Geral do Brasil. [1o. de Setembro de 1940]. Série Regional. Parte XXII - Mato Grosso. Censo Demográfico. População e Habitação. Censos Econômicos Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços, p. 138.



Referências: fontes e bibliografias consultadas

ABREU, José Coelho da Gama (Barão de Marajó). **As regiões amazônicas: estudos corográficos dos Estados do Gram Pará e Amazonas**. 2. ed. Coleção Lendo o Pará, volume 12. Belém: SECULT, 1992.

Almanach do Amazonas historico, administrativo, commercial, estatistico e litterario 1884. Manaus: Typographia do Amazonas, 1884.

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. **O vale do Amazonas: a livre navegação do Amazonas, estatística, produções, comércio, questões fiscais do valle do Amazonas**. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1975.

COSTA, Antonio Corrêa da. **Mensagem do Presidente do Estado de Matto-Grosso Dr. Antonio Corrêa da Costa Á Assembléa Legislativa em sua 2a. Sessão Ordinaria aberta em 1o. de Fevereiro de 1897**. Cuyabá: Typographia do Estado, 1897.

COSTA, Pedro Celestino Corrêa da. Mato Grosso. Presidente do Estado. **Mensagem dirigida Á Assembléa Legislativa**, ao installar-se a sua 2a. sessão ordinaria da 12a. legislatura, em 13 de maio de 1922, pelo coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, Presidente do Estado. Cuiabá: Typographia Official, 1922.

COSTA, Pedro Celestino Corrêa da. **Mensagem dirigida pelo Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa 1o. Vice-Presidente do Estado**, ... Ao installar-se a 1. Sessão da 8. Legislatura em 13 de Maio de 1909. Cuyabá: Typographia Official, 1909.

CRAIG, Neville B. **Estrada de Ferro Madeira Mamoré: história trágica de uma expedição**. São Paulo: Nacional, 1947.

CUÉLLAR, Juan Bautista Coimbra, (1877-1942). **Siringa: memorias de un colonizador del Beni**. La Paz: Cruz del Sur, 1946.

FONSECA, Dante Ribeiro da. **In idem flumen: as povoações do rio Madeira e a origem de Porto Velho** (século XVIII ao XX). Porto Velho: Nova Rondoniana, 2017.

FONSECA, João Severiano da. **Viagem ao Redor do Brasil (1875-1878)**. Volume 2. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1881.

GONDIM, Joaquim (da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais). **Através do Amazonas: impressões de viagens realizadas em 1921**. Manaus: Typographia Cá e Lá, 1922.

IBGE - Serviço Nacional de Recenseamento. Série Regional. Parte XXII - Mato Grosso – 1940. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952. Recenseamento Geral do Brasil. [1o. de Setembro de 1940]. Série Regional. Parte XXII - Mato Grosso. Censo Demográfico. População e Habitação. Censos Econômicos Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços.

LEVERGER, Augusto João Manuel (barão de Melgaço). **Relatorio do vice-presidente da provincia de Matto-Grosso**, chefe da esquadra, Augusto Leverger, na abertura da



sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial em 17 de outubro de 1865. Cuiabá: Typographia Souza Neves, 1865.

LOBATO FILHO (Gal.). **Avançai para o Jamarí** (a comissão Rondon nas selvas do Alto Madeira). Rio de Janeiro: s/ed., 1957.

MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. **Mensagem dirigida [...] Á Assembléa Legislativa ao instalar-se a 3a. sessão ordinária da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1914.** Cuyaba: Typographia Official, 1914.

MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. **Mensagem dirigida pelo [...] Á Assembléa Legislativa do Mato Grosso [...] 13 de Maio de 1912.** Cuyaba: Typographia Official, 1912.

MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. **Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques Presidente do Estado Á Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2a. Sessão ordinária da 9a. Legislatura em 13 de Maio de 1913.** Cuyaba: Typographia Official, 1913.

PEDROSA, João José. **Relatorio com que o exm. snr. dr. João José Pedrosa, presidente da provincia de Matto-Grosso,** abriu a 2a sessão da 22a legislatura da respectiva Assembléa em 1o de outubro. Cuiabá: Typographia do Liberal, 1878.

PONCE, Generoso Pais Leme de Sousa. **Mensagem dirigida à Assembléa Legislativa do Estado de Mato Grosso pelo 1º vice-presidente coronel Generoso ...** Ponce, Presidente do Estado, ao instalar-se a 3ª sessão da 7ª legislatura em 13 de maio de 1908. Cuiabá, s.n.t., s.d.

SILVA, Bernardo da Costa e. **Viagens ao sertão do Amazonas: do Pará à costa do mar Pacífico pelo Amazonas, Bolívia e Peru.** Porto: s/ed., 1891.

TOLEDO, Annibal. **Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa e lida na abertura da 1a. Sessão Ordinária de sua 15a. Legislatura. [13 de Maio de 1930 -Dr. Annibal Toledo. Presidente do Estado de Matto-Grosso].** Cuiabá: Typographia Official, 1930.

